



**Poder Judiciário**  
**Justiça do Trabalho**  
**Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região**  
**Diretoria-Geral**

**AQUISIÇÃO DE LICENÇAS SIP E ACESSÓRIOS,  
COMPATÍVEIS COM A CENTRAL ALCATEL  
OMNIPCX ENTERPRISE, QUE ENTRE SI FAZEM A  
UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL  
REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO E A  
EMPRESA 3CORP TECHNOLOGY  
INFRAESTRUTURA DE TELECOM LTDA.**

REYDEVAL  
ROCHA  
PEREIRA  
JUNIOR  
02/10/2023 10:40

KARINA  
MUNIZ  
MACHADO.38310  
02/10/2023 12:12

ELTON  
FRANCISCO  
FERNANDES.64496  
02/10/2023 19:48

Pelo presente contrato, a União, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA QUINTA REGIÃO**, sediado na Rua Bela Vista do Cabral, 121, Bairro de Nazaré, Salvador/BA., inscrito no CNPJ sob o nº 02.839.639/0001-90, neste ato representada por sua Diretora-Geral, em exercício, Karina Muniz Machado, doravante denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa **3CORP TECHNOLOGY INFRAESTRUTURA DE TELECOM LTDA**, sediada na Alameda Oceania, nº 56 - Polo Empresarial, Tamboré - Santana de Parnaíba/SP, - CEP: 06.543-308, inscrita no CNPJ sob o nº 04.238.297/0001-89, Inscrição Estadual nº 623.225.662.112, Inscrição Municipal nº 84689, neste ato representada por seus Sócios-diretores, Gilberto Zácara Junior, CPF nº 043.669.268-65 e Lourinaldo Francisco da Silva, CPF nº 097.383.588-50, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta do Processo nº **14116/2022**, Pregão Eletrônico nº **015/23**, têm entre si justo e acertado o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO** – Aquisição de 100 (cem) Licenças de ramal SIP, 05 (cinco) licenças Softphone, 30 (trinta) licenças Link SIP e 02 (duas) Placa filha Armada, nos termos e condições constantes do edital e em conformidade com as especificações do Anexo I, conforme pedido inicial indicado na tabela abaixo:

| ITEM  | DESCRIÇÃO/MARCA      | CATMAT/<br>CATSER | QUANTIDADE<br>REGISTRADA | PEDIDO<br>INICIAL | VALOR<br>UNITÁRIO | VALOR TOTAL<br>ESTIMADO |
|-------|----------------------|-------------------|--------------------------|-------------------|-------------------|-------------------------|
| 2     | Licença de ramal SIP | 27464             | 150                      | 100               | R\$ 271,00        | R\$ 27.100,00           |
| 3     | Licença Softphone    | 27464             | 25                       | 5                 | R\$ 410,00        | R\$ 2.050,00            |
| 4     | Licença Link SIP     | 27464             | 30                       | 30                | R\$ 192,00        | R\$ 5.760,00            |
| 5     | Placa filha ARMADA   | 488544            | 3                        | 2                 | R\$ 7.780,00      | R\$ 15.580,00           |
| TOTAL |                      |                   |                          |                   |                   | R\$ 50.470,00           |

**PARÁGRAFO ÚNICO** – As especificações técnicas constantes no Anexo I do edital aderem a este contrato e dele fazem parte, independentemente de transcrição.

**CLÁUSULA SEGUNDA - PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO** – O presente contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura, até o término da garantia ofertada pela CONTRATADA.

**CLÁUSULA TERCEIRA – LOCAL, PRAZO E HORÁRIO DE ENTREGA** – Os objetos contratados (item 5 do grupo 1), deverão ser entregues na **Coordenadoria de Material e Logística** do TRT5, situada no Ed. Pres. Médici, 5º andar, situado na Rua do Cabral, 161, Nazaré, Salvador – Bahia, **no horário administrativo do órgão**, ou seja, de segunda a sexta-feira, das 8h às 15h.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Os itens 2, 3 e 4 do grupo 1, deverão ser operacionalizados no PABX da contratante, ajustada a data da operação, dentro do prazo estabelecido no item 4.4.3.2 do Termo de Referência.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A contratada deverá entrar em contato com o setor mencionado neste item, **48h antes da data prevista para entrega para agendamento**, por meio do e-mail [sps\\_patrimonio@trt5.jus.br](mailto:sps_patrimonio@trt5.jus.br), e nos telefones (71) 3319-7065 / 7068.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A entrega dos objetos (Placa Filha Armada – item 5), devem se dar no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados da data de assinatura do contrato respectivo.

**PARÁGRAFO QUARTO** – A entrega do objeto licença (grupo 1- itens 2, 3 e 4), deve se dar no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de assinatura do contrato respectivo.

**PARÁGRAFO QUINTO** - A instalação dos aparelhos será realizada pelo contratante.

**PARÁGRAFO SEXTO** – O prazo máximo para a data de término da instalação dos itens 2, 3, 4 e 5 é de 10 dias úteis contados a partir da data de emissão do Termo de Recebimento Provisório.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – O técnico da contratada deverá entrar em contato com o técnico responsável da área contratante (Suporte-SETIC) para agendamento e realização da instalação dos itens 2, 3, 4 e 5, conforme item 4.4.3.4. do Termo de Referência.

**CLÁUSULA QUARTA – REGIME DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS** – Os trabalhos serão realizados por fornecimento com entrega imediata, de acordo com os termos do edital e deste contrato.

**CLÁUSULA QUINTA - ENCARGOS DA CONTRATANTE** - Obriga-se a **CONTRATANTE** a:

- a) Proporcionar todas as facilidades necessárias à boa execução dos serviços, inclusive comunicando à Contratada, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de informações estratégicas.
- b) Promover o acompanhamento e a fiscalização das atividades sob o aspecto qualitativo, ressaltados os casos de força maior, justificados e aceitos pelo Contratante, com

obrigação de comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos serviços prestados.

- c) Efetuar o pagamento à Contratada, na forma pactuada.
- d) Cumprir os requisitos de sustentabilidade ambiental previstos no Termo de Referência, bem como os estabelecidos na IN Nº 01/2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão - SLTI/MPOG e da Resolução Nº 310/2021 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT, no que couber.

#### **CLÁUSULA SEXTA – ENCARGOS DA CONTRATADA** - Obriga-se a **CONTRATADA** a:

- a) Cumprir fielmente o que estabelece o Edital e seus anexos.
- b) Disponibilizar consultor técnico durante o período da garantia do fabricante, com telefone móvel para contato.
- c) Levar imediatamente ao conhecimento do Gestor do Contrato qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer na execução do objeto contratado, a fim de que sejam adotadas as medidas cabíveis;
- d) Repassar ao Contratante todos os preços e vantagens oferecidos a usuários com perfil semelhante ao órgão demandante dos serviços objeto deste Edital, sempre que estes forem mais vantajosos para o Contratante do que aqueles ofertados na proposta;
- e) Fornecer número telefônico local ou gratuito para contato para solicitação da garantia do produto;
- f) Assumir todos os encargos legais (previdenciários, trabalhistas, sociais) e judiciais, além das demais despesas decorrentes da prestação dos serviços;
- g) Responder pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, quando da execução dos serviços, em decorrência de sua culpa ou dolo, vedada a hipótese de excluir ou reduzir esta responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento pelo Contratante;
- h) Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes nos âmbitos federal, estadual e municipal, bem como assegurar o cumprimento de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação da ANATEL, inclusive quanto aos preços praticados neste Pregão;
- i) Garantir sigilo e inviolabilidade das informações adquiridas por meio do objeto desta contratação, respeitando as hipóteses e condições constitucionais e legais de quebra de sigilo de telecomunicações.
- j) Cumprir os critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos na IN nº 01/2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão - SLTI/MPOG e na Resolução nº 310/2021 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT, no que couber, além de coletar os resíduos oriundos da contratação, para fins de devolução ao fabricante ou importador, responsáveis pela sua destinação final ambientalmente adequada, observando a legislação e princípios de responsabilidade socioambiental como a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei no 12.305/2010).
- k) Após a celebração do contrato ou emissão do empenho, a empresa contratada deve efetuar o cadastramento no sistema SIGEO-JT, no módulo de Execução Financeira, bem como a necessidade de utilizar o referido sistema para encaminhamento dos

documentos legais e dos DCDs, tais como notas fiscais, faturas, recibos ou congêneres, decorrentes de obrigações contratuais assumidas pelo Tribunal, conforme artigo 36 do ATO TRT5 Nº 157, de 9 de Maio de 2022.

- l) Manter durante toda a execução do serviço, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- m) A CONTRATADA deverá assinar termo de confidencialidade de dados, conforme modelo do Anexo 1 do Termo de Referência, diante de eventuais manutenções ou troca dos equipamentos;
- n) Para o técnico que efetuará a instalação das licenças (itens 2, 3 e 4), faz-se necessária a comprovação de pelo menos uma certificação em curso de formação ou experiência comprovada na instalação das licenças, garantindo assim celeridade e qualidade na instalação e configuração.
- o) As licenças deverão ser habilitadas no PABX da CONTRATADA sem ônus para o CONTRATANTE.

**CLÁUSULA SÉTIMA – PREÇO** – Pelos bens adquiridos, a Contratante pagará à contratada o valor de R\$50.470,00 (cinquenta mil, quatrocentos e setenta reais), conforme valor unitário registrado na Ata de Registro de Preços.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – No preço ofertado deverão estar incluídos todos os custos relacionados ao fornecimento do serviço, incluindo impostos, taxas, embalagem, seguros, garantia, frete, descarga no local de entrega e outros necessários à perfeita consecução do objeto pretendido.

**CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE** – Ao longo do contrato, os preços não serão reajustados.

**CLÁUSULA NONA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO** - O pagamento será efetuado, nos termos do subitem 4.4.9 do Termo de Referência, em moeda corrente nacional, através de ordem bancária para o estabelecimento indicado pela contratada, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, subsequentes à apresentação e atestado da Nota Fiscal/Fatura e após a emissão do termo de recebimento definitivo, em duas vias, contendo o número da Nota de Empenho, número do processo e domicílio bancário, atestada pelo setor competente, no Protocolo do Órgão requisitante.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Se a empresa for optante do SIMPLES NACIONAL, deverá anexar à nota fiscal documento que comprove tal opção, na forma do Anexo IV da Instrução Normativa nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria de Receita Federal, com as alterações dadas pela IN 1244, de 30/01/2012, para que sobre o valor do pagamento não incidam as retenções em relação aos tributos federais.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A nota fiscal/fatura não aprovada por esta CONTRATANTE será devolvida à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, reiniciando o prazo estabelecido acima.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - O atraso no pagamento acarretará a incidência de encargos moratórios, calculados entre a data final prevista para o pagamento e o dia de sua efetivação, correspondentes ao valor do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA) do Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) por dia de atraso, ou fração deste, aplicados “pro rata tempore”, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para a mora.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Se, quando da efetivação do pagamento, os documentos comprobatórios de situação regular em relação à Fazenda Federal, ao INSS, ao FGTS e à Justiça do Trabalho (CNDT), apresentados em atendimento às exigências de habilitação, estiverem com a validade expirada, o pagamento não ficará retido, devendo, entretanto, a CONTRATADA apresentar, no prazo de máximo de 04 (quatro) dias úteis, novos documentos dentro do prazo de validade, sob pena de ser-lhe aplicada sanção, após defesa, por inadimplemento parcial do contrato, decorrente de infração ao inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/93.

**PARÁGRAFO QUINTO** - Havendo qualquer circunstância que desaprove a liquidação da despesa na forma como apresentada, por solicitação da fiscalização, o pagamento poderá ser glosado, dependendo eventual pagamento restante de diferença, se houver, após adoção pela CONTRATADA de providências das medidas saneadoras necessárias para esse fim, ou, se for o caso, a fiscalização poderá solicitá-la formalmente.

**PARÁGRAFO SEXTO** - Após a celebração do contrato ou emissão do empenho, a empresa contratada deverá efetuar o cadastramento no Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO/JT), no módulo de Execução Financeira, bem como utilizar o referido sistema para encaminhamento dos documentos legais e dos Documentos Comprobatórios de Despesa – DCD: notas fiscais, faturas, recibos ou congêneres, decorrentes de obrigações contratuais assumidas pelo Tribunal). Para instruções deve ser acessado o seguinte link:  
[https://docs.google.com/document/d/1I4hln6y4i2nAlXuTrkBcTYmMtiMzN\\_8Ebv6Bbd7Edvg/edit?usp=sharing](https://docs.google.com/document/d/1I4hln6y4i2nAlXuTrkBcTYmMtiMzN_8Ebv6Bbd7Edvg/edit?usp=sharing).

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - Visando o cumprimento do art. 6º da Instrução Normativa da RFB nº 2043, de 12 de agosto de 2021, poderão ser alinhados em reunião na Unidade Gestora, após a assinatura da ata, prazos e datas específicas para emissão das faturas, bem como os respectivos pagamentos e recolhimentos de tributos pelo Tribunal. A reunião, se for o caso, será reduzida a Termo em Ata e assinada pelos participantes.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E EMPENHO DA DESPESA** - Para atender às despesas decorrentes dos serviços a que se refere o presente, a CONTRATANTE emitiu a favor da CONTRATADA as notas de empenho 2023NE000999 e 2023NE001000, nos valores de R\$15.560,00 (quinze mil, quinhentos e sessenta reais) - ELEMENTOS ORÇAMENTÁRIOS: 449052-35 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE – MATERIAL DE TIC (PERMANENTE) e R\$34.910,00 (trinta e quatro mil, novecentos e dez reais) - ELEMENTOS ORÇAMENTÁRIOS: 449040-05 – SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES – AQUISIÇÃO DE SOFTWARE PRONTO, respectivamente.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO** - Em conformidade com os arts. 73 a 76 da Lei 8.666/93, modificada pela lei 8.883/94, o objeto da presente licitação será recebido, mediante recibo, da seguinte forma:

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Os itens físicos (Item 5 do Grupo 1) deverão ser entregues na COORDENADORIA DE MATERIAL E LOGÍSTICA, no horário das 08 às 15 horas ou em horário previamente acordado com o Tribunal, no prazo de até 20 (vinte) dias úteis após a data da assinatura do contrato. Será verificada a conformidade do objeto com as especificações constantes no Edital e com a proposta apresentada.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – No ato da entrega, os equipamentos adquiridos deverão ser novos e sem uso. É vedada a entrega de produtos usados, remanufaturados ou de demonstração.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – O Contratante poderá efetuar consulta dos números de série junto ao fabricante, informando data de compra e nome da empresa adquirente.

**PARÁGRAFO QUARTO** – O Contratante também poderá efetuar consulta junto aos órgãos competentes, para certificar a legalidade do processo de importação.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Será verificada a compatibilidade dos itens entregues com as funções oferecidas pela central telefônica do TRT5 – Alcatel OmniPCX *Enterprise*.

**PARÁGRAFO SEXTO** – Em caso de não conformidade com as especificações técnicas constantes neste termo de referência, os itens entregues deverão ser substituídos em até 60 (sessenta) dias corridos da comunicação pela contratante, sem custo para a mesma, no seguinte endereço: Rua do Cabral, 161, Nazaré, 4º andar do Edifício Presidente Médici, Salvador – Bahia.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – O RECEBIMENTO PROVISÓRIO e DEFINITIVO se dará da seguinte forma:

a) A emissão do termo de **recebimento provisório** será realizada na entrega das licenças à contratada.

b) A emissão do termo de **recebimento definitivo** será processada em até 15 (quinze) dias úteis, após o término da ativação das licenças e instalação da placa armada, com o ateste pelo fiscal técnico.

**PARÁGRAFO OITAVO** – As aquisições obedecerão à conveniência e às necessidades do TRT5, conforme Ata de Registro de Preços. A existência dos preços registrados não obriga contratações que deles poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO (GRUPO 1) -**  
Deverá ser observado o seguinte:

a) Licenças SIP

I. As licenças deverão ser instaladas e configuradas no PABX do TRT 5.

b) Licenças Softphone

I. As licenças deverão ser instaladas e configuradas no PABX do TRT 5.

II. Deve ser dado o treinamento necessário para operacionalização das Licenças Softphone.

(instalação do software em celulares e computadores);

c) Licenças Link SIP

I. As licenças deverão ser instaladas e configuradas no PABX do TRT 5.

d) Placa Filha Armada

I. A placa filha ARMADA deverá ser instalada e configurada no PABX do TRT 5.

e) Ficará por conta da CONTRATADA o fornecimento de todos os materiais e acessórios necessários à instalação dos equipamentos, objeto destas especificações. Deverão ser instalados de modo que estejam com sua capacidade inicial disponível para uso imediato.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA GARANTIA E DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA (ITEM 1) -** Para o item 5 deve ser contemplada a garantia contra defeitos de fabricação, com prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir da data da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Para os itens 2, 3 e 4 não há que se falar em garantia, uma vez que trata-se de licença (software) a ser instalada para funcionamento dos aparelhos.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL** – A gestão e fiscalização da contratação serão regidas, no que couber, pelo ATO TRT5 Nº 0210, DE 15 DE MAIO DE 2014, que dispõe sobre a fiscalização dos contratos no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região –TRT5.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A GESTÃO administrativa da Ata de Registro de Preços caberá ao Diretor da Coordenadoria de Infraestrutura Tecnológica TRT5, a quem competirá gerenciar quaisquer ocorrências e alterações decorrentes da contratação.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A FISCALIZAÇÃO do(s) contrato(s) eventualmente decorrente(s) da Ata de Registro de Preços será realizada pelos servidores indicados no subitem 4.4.2 do Termo de Referência.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A ação da fiscalização não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS** – Ficará impedida de licitar e de contratar com a União e será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, a Contratada que cometer as seguintes infrações administrativas:

- a) Falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- b) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) Fraudar a execução do contrato;
- d) Comportar-se de modo inidôneo; ou
- e) Cometer fraude fiscal.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS MULTAS** – Resguardados os direitos que a administração tem de aplicar as penalidades legalmente previstas, no caso de inadimplemento parcial ou total do objeto do presente certame serão aplicadas as seguintes multas:

- a) Atraso na entrega dos produtos (item 1 e grupo 1) conforme tópico 4.4.3.2 do Termo de Referência: multa diária no valor de 1% do material em atraso, limitado a 30% do valor total do item adjudicado.
- b) Entregar os itens (válidos para todos os itens) de marca diferente daquela constante da proposta aprovada: multa correspondente a 5% do valor total do item adjudicado para

cada unidade entregue em desconformidade, além da obrigação de substituir os itens desconformes.

- c) Atraso no cumprimento do prazo estabelecido no item 4.3.6 do Termo de Referência (tempo de resposta à abertura de chamado): multa de 0,05% do valor total do item adjudicado por ocorrência, limitada a 30% do valor total do item adjudicado.
- d) Atraso no cumprimento do prazo estabelecido no item 4.3.7 do Termo de Referência (tempo de solução): multa de 0,5% do valor total do item adjudicado por ocorrência, limitada a 30% do valor total do item adjudicado.
- e) Inadimplemento total do objeto (não entregar os itens - objeto do contrato): multa de 30% do valor total do item ou grupo adjudicado (valor que pode ser acumulado com o disposto nas alíneas anteriores). Nesse caso, o contrato poderá ser rescindido a critério do tribunal.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela Contratada ao Contratante, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Contra as multas previstas, é facultada a defesa prévia do interessado no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir da data em que tomar ciência.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Em qualquer hipótese de aplicação de multas, serão assegurados à Contratada o contraditório e a ampla defesa.

**PARÁGRAFO QUARTO** – As multas acima aludidas não impedem que a Administração aplique outras sanções previstas na Lei 10.520/02, garantidos o contraditório e a prévia defesa.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Por qualquer outra infração das obrigações constantes no Edital, poderá ser aplicada ao licitante vencedor a multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor total da ata.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – GARANTIA CONTRATUAL** - Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – RESCISÃO** - O presente contrato será rescindido:

- I. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;
- II. Amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

- I. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- II. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- III. Indenizações e multas.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS - A CONTRATADA** assume inteira responsabilidade com relação ao pagamento de encargos trabalhistas, previdenciários de qualquer espécie, inclusive seguro de acidente de trabalho e ainda todos os impostos, taxas e emolumentos decorrentes do presente contrato.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Constituem parte integrante e inseparável deste instrumento contratual, e obrigam a CONTRATADA em todos os seus termos o instrumento convocatório (Pregão e Anexos que o integram) e a Proposta de Preços apresentada pela CONTRATADA, além de aplicarem-se as disposições da Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 3.555/2000 e Decreto nº 10.024/2019, sendo a Lei 8.666/93 e suas alterações de aplicação subsidiária.

**PARÁGRAFO SEGUNDO - À CONTRATADA** é vedado transferir a terceiros, ou sub-empregar, total ou parcialmente, o presente Contrato, ficando sempre, e em qualquer hipótese, obrigada, perante o CONTRATANTE, pelo exato cumprimento das obrigações contratuais.

**PARÁGRAFO TERCEIRO - A CONTRATADA** é diretamente responsável pelos danos que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros por si, ou seus representantes, na execução dos serviços contratados, isentado o CONTRATANTE de quaisquer perdas ou destruições, bem como qualquer infração quanto ao direito de uso de materiais ou processos de construção, protegidos por marcas ou patentes.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – FORO** - O Foro para dirimir as questões decorrentes do presente contrato é a Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado da Bahia, na cidade do Salvador.

E, por estarem de pleno acordo com todas as cláusulas estipuladas, às quais doravante se obrigam, assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias.

Salvador, .... de ..... de 2023.

**Karina Muniz Machado**

Diretora-Geral do TRT5, em exercício

P/ CONTRATANTE

GILBERTO ZACARO  
JUNIOR:04366926865

Assinado de forma digital por  
GILBERTO ZACARO  
JUNIOR:04366926865  
Dados: 2023.10.02 09:36:05 -03'00'

**Gilberto Zácara Junior**

Sócio-Diretor

P/ CONTRATADA

LOURINALDO FRANCISCO  
DA SILVA:09738358850

Assinado de forma digital por LOURINALDO  
FRANCISCO DA SILVA:09738358850  
Dados: 2023.10.02 09:36:25 -03'00'

**Lourinaldo Francisco da Silva**

Sócio-Diretor

P/ CONTRATADA

**Elton Dhiego Dias Fernandes**

Diretor de Coordenadoria de Suporte a Usuários

Gestor do Contrato